

Portugal e o Início da Construção Europeia (1947-1953)

Pedro Cantinho Pereira

Doutor em História pela Universidade de Paris I (Panthéon-Sorbonne) / Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Professor Coordenador e Presidente de Conselho Científico no Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes, Portimão (Grupo Lusófona)

Resumo

A participação de Portugal no Plano Marshall (1947) e a sua adesão à Organização Europeia de Cooperação Económica (1948) marcam o princípio de uma estreita cooperação com os países da Europa Ocidental e com os EUA. Salazar aceita, com muita prudência e pragmatismo, o envolvimento de Portugal no processo de cooperação europeia e atlântica e, ao mesmo tempo, rejeita liminarmente qualquer perda de soberania. Graças à importância estratégica das bases dos Açores, Portugal torna-se membro fundador do Pacto do Atlântico (1949), apesar do seu regime ditatorial. A atitude de Portugal face ao Conselho da Europa (1949), à Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (1951) e à Comunidade Europeia da Defesa (1952), mostra bem os limites dessa cooperação com a Europa. Portugal esteve associado, desde o início, ao processo de cooperação intergovernamental no seio da Europa, mas distanciou-se, por razões endógenas e exógenas, de todas as iniciativas supranacionais. Esta posição, claramente assumida desde 1948, culminou com a adesão, à Associação Europeia de Comércio Livre (1960), que só poderá ser compreendida como uma sequência lógica de um processo iniciado anteriormente.

Abstract

Portugal and the Beginning of European Construction (1947-1953)

The participation of Portugal in the Marshall Plan (1947) and its adhesion to the Organization for European Economic Cooperation (1948) determines the beginning of a close cooperation with Western Europe countries and USA. Salazar accepts with great degree of prudence and pragmatism Portugal's involvement in the process of European and Atlantic cooperation, rejecting any kind of loss of sovereignty. In spite of its dictatorial regime, Portugal became a cofounder member of the North Atlantic Treaty (1949), on account of Azores geostrategic position in the Atlantic. Portugal's attitude towards the Council of Europe (1949), the European Community of Coal and Steel (1951) and the European Community of Defense (1952), clearly defined narrow limits to the cooperation with Europe. Since the very beginning Portugal was associated to the process of intergovernmental cooperation in Europe. However, boundaries emerged in all integrate initiatives due to intrinsic and extrinsic reasons. Portugal's approaches, assumed since 1948, resulted in the logical decision of its adhesion to the European Free Trade Association (1960).

A crise económica e financeira que se seguiu à Segunda Guerra Mundial demonstrou a importância da Europa Ocidental e dos Estados Unidos da América (EUA) para Portugal. Efectivamente, perante os desafios que se colocavam ao país, uma escolha deveria ser feita entre uma posição nacionalista, que pretendia uma relação privilegiada com as Colónias, o Reino Unido, o Brasil e a Espanha, e um pragmatismo económico que pretendia conciliar essas relações com uma abertura em direcção à Europa mais desenvolvida e aos EUA. O afastamento do país em relação à Europa continental não lhe tinha sido benéfico em termos económicos e culturais. Os responsáveis políticos estavam conscientes do atraso que daí tinha resultado. Esta situação tornava-se demasiado evidente quando se comparavam números, tecnologias e poderes¹.

A Definição Geoestratégica de Portugal

No seguimento da vitória das democracias na Europa Ocidental, Portugal encontrou-se isolado na companhia da Espanha. O risco de se assimilar a situação portuguesa à espanhola era grande. Apesar de haver, aparentemente, algumas afinidades entre os dois regimes políticos, a Espanha encontrava-se marginalizada no concerto das nações. Constituíam um “exemplo negativo” que tornava mais “tolerável” o caso português. Portugal não tinha qualquer interesse em se deixar marginalizar na companhia da Espanha, tanto mais que uma aproximação excessiva entre os dois países seria contrária aos objectivos nacionalistas de Salazar. A Espanha sempre foi considerada uma ameaça à independência nacional.

Salazar afirmou claramente que a política exterior de Portugal devia conseguir conciliar as suas relações histórico-geográficas com a aproximação à Europa Ocidental e aos Estados Unidos, sem, contudo, abdicar do regime instituído. Estimava que a Europa, mesmo unida, não poderia resistir sozinha à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A ajuda dos EUA era indispensável. Segundo Salazar, havia um verdadeiro perigo comunista. Mesmo não acreditando que a URSS desencadeasse uma guerra aberta, temia a sua acção indirecta na Europa².

1 Ver a este propósito: DIAS, J. F. - *Linha de Rumo. Notas de Economia Portuguesa*, vol. I. 2.ª edição, Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1946.

2 Ver a este propósito os discursos de Salazar «Miséria e medo, características do momento actual» (p. 287-311), de 25 Novembro de 1947 e «O Ocidente em face da Rússia» (p. 325-337), de 28 de Abril de 1948, in SALAZAR, A. de O. - *Discursos e Notas Políticas - IV - 1943 - 1950*. Coimbra: Coimbra Editora Limitada, 1951.

No que diz respeito à crise económica na Europa, Salazar considerou-a, no seu início, como passageira e superficial. Pensou que as Colónias poderiam ajudar a Europa a sair dessa crise, mas que havia ameaças no horizonte. A independência da Índia constituiu uma ameaça bem real para a Índia Portuguesa, os problemas na Indonésia poderiam ter consequências em Timor Português e as mudanças na China poderiam ter consequências desastrosas em Macau³. Em África, o panorama era ainda relativamente calmo, mas nada garantia que assim continuasse. Era indispensável estar atento e admitir novas alianças estratégicas. Era tempo de escolher o pólo aglutinador que se estava a constituir na Europa Ocidental sob a égide dos EUA. Uma Europa atlântica na qual Portugal se integraria naturalmente.

O Regime

A democracia instaurada nos países da Europa Ocidental não incomodava Salazar, mas ele considerava que Portugal, apesar de todos os constrangimentos existentes em relação ao exercício das liberdades cívicas e políticas, possuía o regime político que lhe convinha⁴. Para ele, a democracia representava uma má solução para Portugal, pois seria necessário autorizar a criação de partidos políticos, o que era insustentável à luz da experiência do passado e dos interesses que ele considerava serem os da Nação⁵. É dentro desta base que Salazar vai aceitar uma aproximação com a

3 Apesar de não ter havido relações diplomáticas entre Portugal e a República Popular da China, houve, durante todo o período do Estado Novo, um clima de entendimento em Macau, à exceção de alguns incidentes graves no Verão de 1952 (combates na fronteira) e grandes manifestações de protesto, que provocaram vários mortos, na altura da chamada Revolução Cultural. O Território de Macau foi utilizado pela República Popular da China para contornar o bloqueio existente, nomeadamente de produtos estratégicos.

4 Ver a este propósito o discurso «Votar é um grande dever» (Discurso aos deputados, em 7 de Outubro de 1945) in *Discursos e Notas Políticas - IV - 1943-1950. op. cit.*, p. 167-191.

5 O filósofo José Gil analisou de uma forma muito interessante a retórica de Salazar na sua obra *Salazar: A Retórica da Invisibilidade*. Permitimo-nos transcrever a última frase do livro: «Dizer às pessoas o que devem fazer para se tornarem grandes (visto que já o são potencialmente), conservando para si os meios que possibilitam a realização dessa grandeza, constitui um terrível e perverso instrumento de persuasão, assim como uma forma de manter as pessoas sob o seu poder. Foi o que Salazar fez. Impedindo a metamorfose que preconizava, ele continuava a produzir silêncio, fazia calar nas pessoas a compreensão e a expressão da sua situação real, conduzindo-as a uma oscilação entre autojuízos extremos e opostos: “ não somos nada, não valem nada “, e “ somos os melhores, génios, heróis “. Entre um e outro, mesmo no centro da consciência, oculto, já corroído por um silêncio incompreensível, o próprio ser dos portugueses». GIL, José - *Salazar: A Retórica da Invisibilidade*. Lisboa: Relógio d'Água, 1995. p. 55. Sobre este assunto, remetemos também para o livro de Fernando DACOSTA (*Máscaras de Salazar*. Lisboa: Editorial Notícias, 1997).

Europa. O pressuposto de base é a manutenção de um regime antidemocrático e autoritário, onde a política era dirigida em nome de uma nação interpretada à luz das ideias de Salazar e do regime modelado por si ao longo dos anos, segundo as suas convicções e conveniências. Apesar de ser possível observar alguma melhoria entre 1945 e 1947, para obter uma melhor aceitação interna e externa, o regime manteve-se fiel aos seus princípios essenciais. Para os EUA e Europa Ocidental, era melhor tolerar o regime existente do que fazer face a uma eventual desestabilização política que pudesse ter consequências nefastas nos interesses ocidentais em matéria de defesa estratégica. A imagem de instabilidade política em Portugal antes da chegada ao poder de Salazar ainda estava bem presente no espírito de certos altos responsáveis europeus e norte-americanos.

Portugal e o Plano Marshall

Assim que o Governo português tomou conhecimento das declarações do secretário de Estado George Marshall, em Harvard, no dia 5 de Junho de 1947, comunicou a sua aprovação e simpatia em relação à intenção norte-americana de reforçar a ajuda à Europa. Convidado pelos governos britânico e francês a participar na primeira Conferência de Paris, Portugal aceitou com satisfação o convite⁶.

Durante a Conferência de Paris, Portugal manifestou a sua disponibilidade para fornecer à Europa toda a ajuda que fosse compatível com os seus recursos, ofereceu-se, inclusive, para conceder créditos a outros países. Afirmou, também, que seria absolutamente necessário que o Plano Marshall contribuísse para o desenvolvimento do comércio. Caso isso não acontecesse, Portugal passaria a ser também um país que necessitaria de ajuda. Apesar de no Verão de 1947 o Governo português já estar consciente da situação delicada em que se encontrava a economia portuguesa, em crise aberta, tinha ainda a esperança que a situação melhorasse com a implementação da cooperação económica na Europa e o desenvolvimento do comércio intereuropeu.

6 Ver a este propósito: ROLLO, F. - *Portugal e o Plano Marshall*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 115-126 e PEREIRA, P. Cantinho - *Portugal e o Início da Construção Europeia, 1947-1953*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros - Instituto Diplomático (Coleção Biblioteca Diplomática), 2006. O livro de Fernanda Rollo - *Portugal e o Plano Marshall* - pode ser considerado como a obra precursora e fundamental no estudo do processo negocial que levou à adesão de Portugal ao Plano Marshall e à atribuição da ajuda financeira.

Apesar da acumulação de ouro e divisas durante a II Guerra Mundial, as condições de vida em Portugal tinham-se tornado insuportáveis para uma grande parte da população. O fim da guerra significava, em princípio, o fim das privações. Ora isso não aconteceu de imediato, o que provocou um grande descontentamento na população e o reforço da oposição ao regime, que tinha saído muito fortalecida com a vitória das democracias. Foi necessário conceder alguns aumentos salariais e efectuar intervenções maciças nos mercados de produtos de primeira necessidade, de forma a combater a especulação e a inflação e, desta forma, evitar que a revolta social tomasse novas proporções e extravasasse ainda mais para o plano político. Esta política anti-inflacionista foi conduzida pelo ministro da Economia Daniel Barbosa até Outubro de 1948, altura em que foi obrigado a sair do governo.

A grande questão colocada por Portugal aquando da sua adesão à Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE) foi a de tentar convencer os outros países sobre a necessidade de aceitar a Espanha na Organização. Esta questão mobilizou os esforços dos diplomatas portugueses e do governo. O fracasso desta iniciativa revelou os limites muito estreitos da capacidade do país em matéria de política externa.

Na fase inicial do Plano Marshall Portugal não teve consciência da sua importância e do seu alcance. Salazar e os diplomatas interpretaram-no como uma ajuda destinada aos países devastados pela guerra. Portugal não tinha, consequentemente, qualquer legitimidade para solicitar uma ajuda económica e financeira. As reservas de ouro do país em 1947 eram consideráveis e, contrariamente à maior parte dos outros países da Europa, Portugal tinha grande quantidade de dólares. Acresce que Portugal tinha um crédito de perto de 70 milhões de libras esterlinas em relação ao Reino Unido – com garantia de câmbio e pagamento em ouro – que pensava utilizar, a curto ou médio prazo, na compra de produtos na zona esterlina. O Reino Unido era o primeiro parceiro comercial de Portugal e, nessa época, não se viam razões objectivas que pudessem impedir a utilização desses créditos.

A possibilidade de Portugal poder beneficiar da ajuda do Plano Marshall não se colocou imediatamente, mas o péssimo ano agrícola de 1947, em Portugal e no resto da Europa, acentuou a dependência exterior do país e provocou uma saída substancial de divisas fortes para a compra de cereais. Esta situação começou a preocupar muito seriamente as autoridades portuguesas. O Governo português e o Banco de Portugal começaram a temer o arrastamento da crise. Apesar disso, em Portugal receava-se que os créditos Marshall pudessem criar dependências em relação aos EUA. Esta questão do risco de dependência veio a revelar-se um elemento importante na decisão do

Governo português de não solicitação de ajuda no início do Plano Marshall. As razões da não solicitação foram múltiplas e passam, além do referido receio de uma dependência dos EUA, por uma clara subavaliação da crise financeira, económica e social na Europa Ocidental, e pela firme recusa de compromissos que pudessem implicar uma perda de soberania. As incertezas resultantes da tensão crescente entre os dois blocos em formação e o receio das hegemonias que se instalavam levaram Salazar a estabelecer uma posição expectante, sem se deixar marginalizar, aguardando a clarificação das condições da ajuda e da situação mundial. Além de mais, Portugal receava que a aceitação dos créditos Marshall pudesse levar a uma convertibilidade mais ou menos forçada do escudo. A experiência falhada da convertibilidade da libra esterlina foi ponderada aquando da tomada de decisão. Portugal não queria perder o controlo das suas substanciais reservas de dólares. Havia ainda a questão da existência, em Portugal, de uma parte do ouro espoliado pela Alemanha durante a guerra e cuja restituição era reclamada pelos Aliados. O Governo português estimava, a este propósito, que não se podia ter em conta estas reservas de ouro cujo direito de posse lhe era reclamado. Uma eventual convertibilidade forçada do escudo poderia reduzir as reservas de ouro de Portugal e representava um perigo, pois ainda havia dúvida sobre a quantidade exacta dessas mesmas reservas de ouro. Também é de referir, pela sua importância, que Portugal desejava poder negociar com os Estados Unidos o novo acordo para os Açores sem qualquer espécie de condicionalismos.

Outro elemento importante na opção de Salazar a favor da participação no Plano Marshall pode ter sido de carácter político, porquanto dava a Portugal uma imagem mais positiva do regime. Para a política do Estado Novo, a aceitação do país no processo de cooperação europeia foi uma ocasião inesperada que permitiu transmitir uma imagem de “normalidade”, tanto para consumo interno como externo. As forças da oposição, que tentavam, tão dificilmente, derrubar o regime, nomeadamente através de golpes militares, vão-se ressentir duramente com esta aceitação internacional. O argumento avançado pela oposição, segundo o qual o país estava isolado por causa do regime político, parecia, de repente, difícil de defender. No fundo, apesar do reconhecimento da importância vital dos EUA no sistema de defesa do Ocidente, Salazar receava bastante a sua penetração económica e política na Europa e em Portugal. Inicialmente, Salazar temeu que a penetração norte-americana se efectuasse por meio do Plano Marshall, estando persuadido que a atitude dos EUA tinha segundas intenções. Consequentemente, era necessário adoptar uma atitude de reserva e dar muita atenção à evolução das relações entre os EUA e a Europa. Uma espécie de “período

de observação". Foi decidido, então, não solicitar a ajuda Marshall no seu primeiro exercício⁷.

Após a criação da OECE, em Abril de 1948, e não vindo da parte dos EUA uma influência muito grande nos assuntos europeus, independentemente do seu apoio financeiro e económico maciço, Salazar reduziu progressivamente os seus receios em relação a eventuais contrapartidas que seriam exigidas em troca da ajuda Marshall. Uma primeira perspectiva de participação discreta e desinteressada na OECE foi rapidamente substituída por uma participação activa, assegurada pelos melhores peritos portugueses. Face à diminuição muito acentuada das reservas de ouro e divisas do Banco de Portugal, o Governo português decidiu pedir a «transferência» para os EUA de uma parte dos créditos que Portugal tinha no Reino Unido. Face à recusa dos EUA, foi decidido pedir a ajuda Marshall no seu segundo exercício. Portugal apresentou finalmente um pedido de cerca de 100 milhões de dólares, mas a *Economic Cooperation Administration* só lhe atribuiu 10 milhões de dólares. Após difíceis negociações, este montante subiu para 30 milhões de dólares⁸.

A participação de Portugal no Plano Marshall apresentou grandes vantagens. A primeira vantagem foi de ordem comercial. A dependência em relação aos EUA e à Europa, tanto nas exportações como nas importações, era demasiado grande e nada deixava prever que essa dependência pudesse ser reduzida a curto ou médio prazo. Portugal tinha grandes dificuldades em exportar os seus produtos e, igualmente, em se abastecer no estrangeiro. Os acordos bilaterais não se revelavam satisfatórios e o défice da balança comercial continuava a crescer. A segunda vantagem da participação de Portugal no Plano Marshall foi a de integrar o país no sistema internacional que se estava a estabelecer entre países ocidentais no pós guerra. Portugal tinha todo o interesse, mesmo por razões de política interna, em aliar-se ao bloco ocidental. Entre os dois blocos em formação só poderia existir a via do isolamento internacional. A cooperação com a Europa e com os EUA deu alguma garantia de estabilidade internacional a Portugal. Acresce que as potências coloniais se encontravam entre os países que conduziam o processo de cooperação europeia no âmbito do Plano Marshall.

7 Sobre a questão da não solicitação da ajuda Marshall aquando do primeiro exercício, que Fernanda Rollo designa por «rejeição», ver: ROLLO, F. – *Portugal e o Plano Marshall. op. cit.*, p. 167-218 e PEREIRA, P. Cantinho *Portugal e o Início da Construção Europeia, 1947-1953. op. cit.*, p. 110-122.

8 Sobre a questão do primeiro pedido português de ajuda Marshall ver: ROLLO, F. – *Portugal e o Plano Marshall. op. cit.*, p. 235-280, e PEREIRA, P. Cantinho – *Portugal e o Início da Construção Europeia, 1947-1953. op. cit.*, p. 232-256.

As grandes opções estratégicas de Portugal, em matéria de política internacional, eram conciliáveis com a cooperação europeia. Neste processo de cooperação europeia, Portugal interessou-se em acompanhar o seu aliado britânico com vista a uma aproximação prudente com a Europa.

A Adesão ao Pacto do Atlântico

A adesão de Portugal ao Pacto do Atlântico, em 1949, constituiu um dos actos mais importantes da política externa do Estado Novo. A atitude de Portugal durante todo o processo que conduziu à assinatura do Tratado do Atlântico Norte, em Washington, assim como a sua aceitação pelos outros países participantes, revelou a importância geoestratégica de Portugal, a dimensão da ameaça soviética, e a verdadeira consistência do Pacto Ibérico num mundo bipolar.

A participação de Portugal no Pacto do Atlântico foi um elemento suplementar na aceitação internacional do país, apesar do seu regime político. Segundo Salazar, a política das grandes potências ocidentais durante a guerra, quando procederam ao «esmagamento da Alemanha», foi um erro. A Europa encontrava-se numa situação aflitiva e incapaz de resistir sozinha à URSS. Para além dos EUA e da *Commonwealth*, seria necessário contar com a colaboração da Alemanha, da Itália, da Espanha e, mesmo, do Japão⁹. Na eventualidade de uma guerra com a URSS, que Salazar estimava pouco provável, esta seria mundial e as neutralidades não seriam respeitadas. Esta ideia do não respeito das neutralidades, num possível terceiro conflito mundial, parece-nos estar no centro da decisão de Salazar de assinar o Pacto do Atlântico¹⁰.

9 Ver a este propósito os discursos de Salazar «Miséria e medo, características do momento actual» (p. 287-311), de 25 Novembro de 1947, «O Ocidente em face da Rússia» (p. 325-337), de 28 de Abril de 1948, e «Portugal no Pacto do Atlântico» (p. 403-422), de 25 de Julho de 1949, in SALAZAR, A. O. - *Discursos e Notas Políticas - IV - 1943 - 1950. op. cit.*, assim como (bibliografia não exaustiva): FERREIRA, J. M. - «As Ditaduras Ibéricas e a Fundação da Aliança Atlântica» in *O Estado Novo, das Origens ao Fim da Autarcia*. Vol. I. Lisboa: Fragmentos, 1984; PEREIRA P. Cantinho - *Portugal e o Início da Construção Europeia, 1947-1953. op. cit.* (p. 257-366 e pp. 561-632); REDONDO, J. C. - «Portugal, Espanha e a formação da NATO» in *Política Internacional*. Vol. 3. (1999). n.º 19; TEIXEIRA, N. S. - «Portugal e a NATO: 1949-1999» in *Nação e Defesa*, Instituto de Defesa Nacional, n.º 89, 2.ª série, p. 15-41; TELO, A. J. - *Portugal e a NATO, o reencontro da tradição atlântica*. Lisboa: Edições Cosmos, 1996; VICENTE, A. P. - «Portugal e a NATO face ao isolamento de Espanha» in *O fim da Segunda Guerra Mundial e os novos rumos da Europa*. Lisboa: Edições Cosmos - Instituto de História Contemporânea, 1996.

10 No discurso «O Ocidente em face da Rússia», de 28 de Abril de 1948, Salazar disse o seguinte «Uma conflagração das grandes potências [...] é o Mundo em guerra (não se sabe com que pequenas «ilhas» mais

As bases dos Açores revelaram-se, sem qualquer sombra de dúvida, o grande trunfo geoestratégico de Portugal na defesa da Europa Ocidental. Estas bases eram indispensáveis a uma boa articulação estratégica entre os EUA e a Europa (incluindo toda a zona do Mediterrâneo), assim como ao controlo operacional do Atlântico Norte. Os Açores constituíam a “jóia da coroa” de Portugal e um trunfo decisivo na “aceitação internacional” do país. Sem os Açores, o interesse geoestratégico do país reduzir-se-ia consideravelmente, não se justificando, por conseguinte, uma tolerância internacional tão evidente em relação ao regime português. Salazar sabia-o perfeitamente e, também por isso, nunca quis autorizar a instalação de bases militares norte-americanas nos Açores, mas, somente, aí conceder facilidades militares precárias. Desta forma, os dirigentes norte-americanos tinham todo o interesse em tratar Portugal com a maior das precauções.

A adesão de Portugal ao Pacto do Atlântico acabou por reforçar a sua posição no seio dos países do bloco ocidental, sem nada ceder, tanto ao nível interno como colonial. Bem pelo contrário, a participação no Pacto reforçou o regime e favoreceu a sua política colonial. Contudo, a tensão no seio do Pacto Ibérico foi grande, pois a Espanha reagiu muito mal à adesão isolada de Portugal¹¹. Apesar da sua adesão ao Pacto do Atlântico, Portugal continuou a desconfiar das intenções dos EUA. Em 1949, Portugal não desejou receber ajuda militar norte-americana para não se colocar numa situação de subordi-

ou menos indemnês) e importaria a mobilização integral dos seus recursos» in SALAZAR, A. O. - *Discursos e Notas Políticas - IV - 1943-1950. op. cit.*, p. 330. Sobre a questão da neutralidade, Salazar dirá mais tarde, numa entrevista ao jornal *O Século*, que só vê «eventualmente, no caso de um conflito generalizado, a Suíça e a Suécia como países que podem escapar à tentação da ocupação, contando que a respectiva economia se integre na do invasor e este não tenha a recear pela sua segurança». Depois acrescenta: «a neutralidade, para existir, precisa de ser respeitada ou fazer-se respeitar, a sério, e exige uma força capaz de enfrentar qualquer dos adversários ou até os dois ao mesmo tempo. Se a «neutralidade» é apenas a complacência, a cedência e permissão de passagem de tropas e do espaço aéreo aos primeiros que chegam, essa, realmente, sob o ponto de vista político, parece mais uma demissão colectiva». *O Século*, 10 de Agosto de 1950. Mais tarde, irá mesmo ao ponto de criticar Augusto de Castro a propósito de um artigo no *Diário de Notícias* em que este falava da neutralidade. Salazar escreve o seguinte: «Pode supor-se ingénuo o reparo que V.Ex.a faz, porque no próximo conflito ninguém respeitará nenhuma neutralidade. Ele estender-se-á por vastas zonas geográficas dotadas de contiguidade e que a bem ou a mal serão levadas a jogar o mesmo jogo» in NOGUEIRA, F. - *Salazar - Volume IV - O Ataque (1945-1958)*, 3.ª edição, Barcelos: Livraria Civilização Editora, 1986, nota da p. 180.

- 11 Sobre esta questão ver: FERREIRA, J. M. - «As Ditaduras Ibéricas e a Fundação da Aliança Atlântica» in *O Estado Novo, das Origens ao Fim da Autarcia*, vol. I, *op. cit.*; PEREIRA, P. Cantinho - *Portugal e o Início da Construção Europeia, 1947-1953. op. cit.* (p. 316-335); REDONDO, J. C. «Portugal, Espanha e a formação da NATO» in *Política Internacional. op. cit.*; VICENTE, A. P. - «Portugal e a NATO face ao isolamento de Espanha» in *O fim da Segunda Guerra Mundial e os novos rumos da Europa, op. cit.*

nação. Será necessário esperar pelo Acordo de Defesa com os EUA, assinado no dia 5 de Janeiro de 1951, para que Portugal comece a receber o equipamento militar para a defesa do Atlântico Norte¹². Entre 1951 e 1953, Portugal recebeu o equivalente a 82 milhões de dólares de ajuda militar¹³.

A Cooperação Monetária

Em relação à cooperação monetária na Europa, Portugal considerou-a como um elemento muito importante na cooperação europeia. O país esteve presente, desde o início, nas reuniões entre os países membros da OECE, com vista à sua implementação. Portugal assinou o Acordo de criação da União Europeia de Pagamentos (UEP), em 16 de Setembro de 1950. Num período em que Portugal estava a desviar uma parte do seu comércio externo para os países da OECE, aproveitando as oportunidades de mercado resultantes do acréscimo da produção e do consumo, é criado este sistema de pagamentos que favorece grandemente a expansão das suas trocas comerciais. O sistema instituído na UEP, de compensações multilaterais e créditos automáticos entre os seus membros, tendo o dólar como unidade de conta, convinha a Portugal. Tanto mais que é instaurado um sistema de escalões para os pagamentos a efectuar em ouro. Ora uma das grandes preocupações financeiras de Portugal era a de poder preservar as suas reservas em ouro de forma a poder manter a estabilidade do escudo. O sistema era muito favorável para Portugal, uma vez que beneficiava os países tradicionalmente deficitários na zona, o que era o caso português. A partir do Verão de 1950, Portugal vai mesmo acumular

12 Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, RQE, ECA / OECE / NATO, Processo A. M., n.º 951, Secreto, de 18 de Julho de 1952, do Serviço do Pacto do Atlântico Norte do Ministério dos Negócios Estrangeiros, assinado por Henrique Martins de Carvalho, com um estudo intitulado «O Acordo de Auxílio Mútuo para a Defesa entre Portugal e os Estados Unidos» (15 páginas), da autoria do diplomata Henrique da Silva Martins, s. d. (M. 21, 2.º P. - A. 51, d. l.: 1950-1952). Neste estudo está marcado (p. 5) que o Ministério da Defesa foi consultado sobre o auxílio militar e terá respondido (provavelmente o ministro) no Ofício n.º 2137/E, de 31 de Outubro de 1949, o seguinte: «que não se conhecendo ainda quais os direitos e obrigações provenientes do auxílio não havia conveniência na sua aceitação, além do que Portugal não se podia colocar numa tal posição de subordinação em relação a países estrangeiros».

13 Entre 1951 e 1960 Portugal recebeu 298 milhões de dólares de ajuda militar norte-americana. Em 1951, 0,4 milhões de dólares; em 1952, 10,2 milhões; e, em 1953, 71,5 milhões. Cf. ANTUNES, J. F. - *Os Americanos e Portugal* (1961). Kennedy e Salazar: o leão e a raposa, Lisboa: Difusão Cultural, 1991, p. 35. Cf. ICA, Office of Statistics and Reports, «United States Foreign Assistance, July 1, 1945 through June 30», 1960. Cit. por MINTER, W. - *Portuguese Africa and the West*. New York: Monthly Review Press, 1972, p. 45.

avultados saldos credores, o que levou o Governo português ao extremo de restringir as exportações portuguesas para a zona monetária da UEP. O balanço estabelecido pela parte portuguesa sobre a UEP foi muito positivo. A UEP conseguiu criar um sistema de cooperação monetária que permitiu o desenvolvimento muito acentuado das trocas comerciais na Europa, para grande benefício de Portugal¹⁴.

Portugal face ao Conselho da Europa

O sucesso relativo do Congresso de Haia, em Maio de 1948, e a dinâmica que aí foi criada, provocaram em Portugal uma grande preocupação relativamente aos movimentos federalistas. Esteve presente no Congresso de Haia um ex-diplomata, Narciso Freire de Andrade, a quem terá sido dito que, em caso algum, poderia representar Portugal, nem como observador. Como desejava «representar alguém», dirigiu-se ao Cardeal Patriarca, que aceitou que ele se apresentasse em seu nome¹⁵. A questão da integração europeia tornou-se um assunto importante nos meios oficiais em Portugal. Deixou de ser uma ideia puramente utópica. Evidentemente, Portugal não foi convidado a fazer parte do Conselho da Europa (1949). O seu regime político antidemocrático não permitia a integração do país nessa organização de cooperação política. De qualquer forma, as reservas do Governo português em relação ao Conselho da Europa eram substanciais. A posição do Governo foi de grande cepticismo em relação à im-

14 Sobre a questão da UEP e a participação portuguesa ver (bibliografia não exaustiva): JAOUL, M., SCHLOESING, O. - «L'Union Européenne de Paiements» in *Revue Economique*, n.º 2 (1984), p. 263-277; LEITE, J. C. - *Problemas monetários do pós-guerra*. Lisboa: Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal, n.º 20 (1964), Ministério das Finanças; KAPLAN, J. J., SCHLEIMINGER, G. - *The European Payments Union: financial diplomacy in the 1950's*. Oxford: Clarendon Press, 1989; PEREIRA, P. Cantinho - *Portugal e o Início da Construção Europeia, 1947-1953*. op. cit., p. 481-540; TEW, B. - *International Monetary Co-operation 1945-52*. London: Hutchinson's University Library, 1952; VAN MANGOLDT, H. K. - «De l'union européenne de paiements à la convertibilité et à l'accord monétaire européen» in *Revue d'Economie Politique*, n.º 6 (1960), Numéro spécial: novembre-décembre, p. 25-36; XAVIER, A. P. - *Portugal e a Integração Económica Europeia*. Coimbra: Livraria Almedina, 1970, p. 80-87. WALLICH, H. - *O Sistema Financeiro Português*. Introdução de George F. Train. Lisboa: Banco de Portugal, 1952.

15 Cf. Arquivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Bélgica, Correspondance diplomatique, D. 12 082, «Portugal - 1948», Lettre n.º 2 274, de 13 de Maio de 1948, do Barão Van der Elst, ministro da Bélgica, para Paul-Henri Spaak, ministro dos Negócios Estrangeiros da Bélgica. Sobre esta questão ver: PEREIRA, P. Cantinho - *Portugal e o Início da Construção Europeia, 1947-1953*. op. cit., p. 369-386 e SILVA, A. M. - «Portugal e a unidade europeia no pós-guerra (1945-1948): reacções e tomadas de posição» in *Revista Portuguesa de História*, t. XXXII (1997-1998), p. 449-487.

portância real da nova organização, considerando que os pequenos países estavam em situação de inferioridade por disporem de menos votos que os grandes. Também se opunha a que se desse direito de voto individual aos representantes dos Estados. Tratava-se de situações que, segundo o Governo português, iam contra a sua noção de soberania. Além disso, considerava-se que a atitude dos partidos socialistas sobre esta questão aconselhava algumas reservas por parte do governo. É de assinalar que durante os primeiros anos de funcionamento da Assembleia Consultiva do Conselho da Europa, o regime português não foi abertamente posto em causa e que houve diversas intervenções no sentido de uma aproximação entre Portugal e o Conselho da Europa¹⁶.

A Atitude face à Comunidade Europeia do Carvão e do Aço

No que concerne ao Plano Schuman (1950), Salazar considerou possível uma colaboração entre a França e a Alemanha, nos domínios do aço e do carvão, que pudesse servir de base a uma estrutura europeia no plano económico e comercial. Mas não acreditou na possibilidade de criação de uma federação política durável com abdicação das soberanias, à imagem do modelo norte-americano. Para Salazar, a Europa Ocidental atravessava um momento de indefinição e de incerteza que lhe não permitia ter as suas próprias ideias políticas e sociais, o que poderia levar a Europa a cair numa espécie de «colonização mental» dos EUA e da URSS. Os EUA exerciam pressões sobre a Europa, no sentido da união, e esta não reagia como devia a essas pressões. Era necessário, ainda segundo Salazar, resistir às tentativas de uniformização política dos Estados, pois estas tentativas escondiam outras intervenções sobre o plano interno¹⁷.

A criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço marcou os limites da colaboração de Portugal com a Europa. Não tendo sido convidado a fazer parte dessa comunidade, por razões económicas e políticas óbvias, só restava ao país prosseguir a sua

16 Sobre a questão do Conselho da Europa, ver: PEREIRA, P. Cantinho - *Portugal e o Início da Construção Europeia, 1947-1953. op. cit.*, p. 386-391.

17 Ver a este propósito o documento intitulado «Política de Federação Europeia», anexo à Circular n.º 8, de 9 de Abril de 1953 (documento datado de 6 de Março de 1953), reproduzido in GUERRA, R. T., FREIRE, A. S., e MAGALHÃES J. C. - *Os Movimentos de Cooperação e Integração Europeia no Pós-Guerra e a Participação de Portugal nesses Movimentos*. Oeiras: Instituto Nacional de Administração - Departamento de Integração Europeia, 1981, p. 61-65; NUNES, Helena Costa (coord.) - *Adesão de Portugal às Comunidades Europeias. História e Documentos*. Lisboa: Assembleia da República, 2001, p. 61-65; e PEREIRA, P. Cantinho - *Portugal e o Início da Construção Europeia, 1947-1953. op. cit.*, p. 541-560.

colaboração no âmbito da OECE, esperando que não houvesse muitas alterações no comércio intra-europeu e que o Reino Unido conseguisse travar as tendências federalistas na Europa. De qualquer forma, a extracção de carvão em Portugal era muito limitada e não havia uma indústria siderúrgica instalada.

A Questão da Comunidade Europeia da Defesa (CED)

Em Janeiro de 1951, o Governo francês convidou Portugal a participar na conferência de Paris, onde iria ser discutida a organização do exército europeu segundo o Plano Pleven. A resposta do Governo português foi clara: o governo era contrário à formação de um exército europeu que implicasse, por sua vez, o estabelecimento de um organismo internacional com carácter supranacional. Esta tomada de posição já tinha sido transmitida aos governos estrangeiros no decurso das reuniões da NATO (*North Atlantic Treaty Organisation*). Portugal reconheceu, todavia, o interesse que estava na base da iniciativa francesa e nomeou como observador na conferência o embaixador de Portugal em Paris. Aquando da Conferência de Lisboa, em Fevereiro de 1952, Portugal mudou parcialmente de posição. Continuando a rejeitar a criação de estruturas supranacionais que pudessem servir de embrião aos «Estados Unidos da Europa», aprovou a criação da CED como factor de inclusão rápida da República Federal da Alemanha no sistema de defesa ocidental e de aproximação entre a França e a Alemanha. O ministro dos Negócios Estrangeiros português afirmou na altura que, mesmo que Portugal não estivesse em condições de participar da CED, via com satisfação a sua criação. Apesar do Governo português preferir a inclusão da Alemanha na NATO, inclinava-se perante a posição da França neste domínio. Na realidade, Portugal era muito favorável ao rearmamento rápido da Alemanha (assim como do Japão) e à integração da Espanha no sistema de defesa ocidental.

Salazar e a «Federação Europeia»

Salazar escreveu que, pelo menos dentro do domínio da lógica, era possível federar a Europa pela força ou com a evolução do tempo. Pela força, talvez tivesse sido possível se a Alemanha nazi tivesse ganho a guerra, ou com a política da URSS a Leste, mas isso provocaria muito sofrimento e mudanças bruscas nos modos de vida e nas menta-

lidades. A força da Europa residia, segundo ele, na diversidade, que podia ser considerada ao mesmo tempo uma fraqueza e uma fonte de irradiação mundial. Considerando o «nacionalismo profundo» e o «instinto de propriedade» dos povos da Europa, estes dificilmente aceitariam a vontade dos políticos de criar um «Estado Europeu». Apesar disto, Salazar reconheceu que esta vontade dos homens políticos constituía uma ideia dominante da política da época. Para ele, não havia dúvidas sobre os instigadores desta tendência federalista – do ponto de vista ideológico, eram os EUA, principalmente do lado dos democratas; do ponto de vista político, era uma parte da classe política francesa. À volta da França reuniam-se outros países que, por diferentes razões, pensavam ser a melhor forma de receber o apoio económico ou militar dos EUA. Ora, para Salazar, este receio de perder o apoio dos EUA não tinha razão de ser porque este país tinha tanta necessidade da Europa como esta daqueles. Se a «Federação Europeia» avançasse, Salazar estimava que a Alemanha, pelo seu território, população e espírito empresarial, conduziria efectivamente a federação¹⁸.

Um dos grandes receios de Salazar a propósito da integração europeia era o risco de uma homogeneização dos regimes políticos na Europa. Parecia-lhe evidente que, em caso de federação dos Seis, as monarquias desapareceriam a favor dos regimes republicanos. O risco para o regime político português não devia estar ausente do pensamento de Salazar quando abordou estas questões¹⁹.

Por razões ligadas à longa aliança luso-britânica e a uma certa comunidade de interesses entre os dois países, a posição do Reino Unido em relação às questões europeias interessou muito a Portugal. Tanto mais que uma participação activa de Londres poderia ter uma influência decisiva no processo de integração europeia. Para Salazar, o Reino Unido era mais do que um Estado, pois estava à frente de uma associação livre de Estados. Com a entrada do Reino Unido numa federação europeia, a *Commonwealth* teria tendência a dissolver-se e os Estados constitutivos virar-se-iam para outros pólos de atracção e cortariam as suas ligações recíprocas. Haveria o risco de desagregação da *Commonwealth* se o Reino Unido optasse pela Europa. Salazar considerava que Portugal tinha todo o interesse em que o Reino Unido independente e a *Commonwealth* subsistissem como factores de equilíbrio entre os EUA e uma possível «Federação Europeia», que tivesse a Alemanha como elemento preponderante²⁰.

18 PEREIRA, P. Cantinho – *Portugal e o Início da Construção Europeia, 1947-1953. op. cit.*, p. 653-663.

19 *Ibidem*.

20 *Ibidem*.

Conclusão

O Governo português aceitou a cooperação económica, monetária e militar com a Europa dentro do respeito absoluto da soberania nacional. Através das diferentes posições do Governo português, podemos constatar a importância considerável da questão da integração europeia – principalmente a partir do Congresso de Haia – e o receio que se instalou nos principais responsáveis políticos portugueses. Mesmo não acreditando no sucesso de uma eventual «Federação Europeia», os responsáveis portugueses entendiam que existia um movimento muito forte em prol da união da Europa (com contornos muito variáveis) e que era necessário levá-lo muito a sério.

No processo de abertura de Portugal à Europa atlântica, foi possível verificar o papel preponderante dos Açores na aceitação internacional do país. Desde o início, Portugal é visto pelo Governo norte-americano e por outros governos europeus como um elemento fundamental do sistema defensivo, graças aos Açores. A grande tolerância em relação ao regime político português proveio em grande parte da importância estratégica dos Açores no contexto da Guerra Fria. O Governo português manteve, contudo, as suas reticências em relação aos norte-americanos, nomeadamente por receio de eventuais interferências económicas em Portugal ou nas colónias e de um excesso de influência na Europa. As negociações com os EUA foram seguidas de muito perto por Salazar, que se ocupou dos textos dos acordos até ao mais ínfimo pormenor. Houve «períodos de observação» antes de pedir a ajuda Marshall ou a ajuda militar norte-americana. Esta desconfiança em relação aos norte-americanos é “palpável” e transparece em vários documentos oficiais.

Os territórios ultramarinos europeus beneficiariam do Plano Marshall, e este facto foi ao encontro do pensamento de Salazar sobre a matéria. Ele sempre defendeu a utilização pela Europa dos recursos africanos e o prosseguimento da colonização europeia. Isto foi interpretado como uma mudança de atitude dos norte-americanos sobre a questão colonial. Ora, para Portugal, a manutenção das colónias era uma questão muito importante. Tinha-se a profunda convicção de que as colónias portuguesas faziam parte de Portugal e que era necessário defendê-las da cobiça estrangeira. Um dos receios em relação à integração europeia provinha do medo de perder o controlo das colónias. Como Portugal tinha sofrido algumas tentativas no passado, no sentido de lhe retirarem as colónias, esta ameaça era levada muito a sério. Salazar receava muito fortemente que alguns países não estivessem interessados pela federação para ter acesso às colónias dos outros Estados membros²¹.

21 *Ibidem*.

Personagem central na definição da política externa de Portugal, desde que chefiou os Negócios Estrangeiros (de Novembro de 1936 até Fevereiro de 1947), Salazar conduziu de muito perto os assuntos que lhe interessavam e que estavam a ser geridos pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. Ele conhecia muito bem os principais diplomatas, que eram homens merecedores da sua confiança política e pessoal, e, muitas vezes, havia uma correspondência directa entre estes diplomatas e ele próprio sem passar pelo Ministério²². Recebia também os principais telegramas diplomáticos e substituiu pessoalmente o ministro quando este estava ausente de Portugal²³. Salazar dedicava a maior atenção à política internacional, sendo os diplomatas uma das suas fontes principais de informação. Diplomatas que, juntamente com alguns homens políticos e altos funcionários, desempenharam um papel fundamental na aproximação de Portugal à Europa a aos EUA.

Um dos elementos importantes a reter na análise da política externa de Portugal reside na estabilidade das suas posições no que concerne as questões europeias. Efectivamente, desde o início, a posição de Portugal estabilizou numa série de domínios específicos, como, por exemplo: o interesse pela cooperação, ou colaboração, entre os países europeus; a necessidade de se integrar rapidamente a Alemanha Ocidental no sistema defensivo ocidental; a necessidade de associar a Espanha à cooperação económica, monetária e militar na Europa; a rejeição de todas as formas de supranacionalidade que pudessem levar à unificação, integração, confederação ou federação europeia; a desconfiança em relação aos EUA, mas, ao mesmo tempo, o reconhecimento da importância da ajuda concedida à Europa; o reconhecimento da necessidade de fazer frente ao «imperialismo soviético» e de lutar ideologicamente contra o comunismo; por fim, a recusa de uma qualquer interferência externa na definição da política interna de Portugal.

Apesar das reticências formuladas por Portugal em relação ao processo de integração europeia, podemos considerar que assistimos a uma aproximação efectiva e muito importante de Portugal em relação à Europa Ocidental. Inicialmente, o Salazarismo foi bem aceite nos meios conservadores europeus e norte-americanos; em seguida, com a Guerra Fria, outros meios políticos se associaram a esta aceitação e “tolerância” internacional do regime político português.

22 Como, por exemplo: Marcello Mathias, Eduardo Leitão, Pedro Theotónio Pereira, e António de Faria.

23 Segundo a Revisão Constitucional ordinária de 1945, operada pela Lei n.º 2 009, de 17 de Setembro de 1945, os ministros quando ausentes de Portugal Continental deveriam ser substituídos pelo Presidente do Conselho, caso não houvesse lugar à nomeação de ministros interinos.

Este período de cooperação entre Portugal a Europa Ocidental e os EUA permitiu um melhor conhecimento mútuo. O longo diálogo dos diplomatas, peritos e homens políticos portugueses com os seus homólogos estrangeiros, no seio da OECE e da NATO, criou um clima de entendimento que, apesar de algumas posições divergentes, permitiu uma maior aceitação mútua. A experiência de sucesso da adesão à OECE e os numerosos contactos e amizades criados desde esse período tornaram possível a extraordinária adesão de Portugal à Associação Europeia de Comércio Livre (1960), numa situação privilegiada. As personalidades que mais contribuíram para esta adesão portuguesa tinham trabalhado juntas no seio da OECE. Por sua vez, a participação de Portugal na Associação Europeia de Comércio Livre preparou o caminho – principalmente do ponto de vista económico – para a adesão de Portugal às Comunidades Europeias, em 1986.

Bibliografia seleccionada

ALÍPIO, Elsa – *Salazar e a Europa. História da adesão à EFTA (1956-1960)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

ANTUNES, José Freire – *Os Americanos e Portugal (1961). Kennedy e Salazar: o leão e a raposa*. Lisboa: Difusão Cultural, 1991.

BARBOSA, António Pinto – «O lado menos visível do Plano Marshall em Portugal. Sua actualidade» in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Classe de Letras*, Tomo XXV, Lisboa, 1986, p. 281-291.

BARBOSA, Daniel – *Alguns aspectos da economia portuguesa*. Porto: Livraria Lello e Irmãos Editores, 1949.

BRITO, José Maria Brandão de – *A industrialização portuguesa no pós-guerra (1948-1965). O condicionamento industrial*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989.

DACOSTA, Fernando – *Máscaras de Salazar*. Lisboa: Editorial Notícias, 1997.

DIAS, José Ferreira – *Linha de Rumo. Notas de Economia Portuguesa. vol. I. 2.ª edição*, Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1946.

FERREIRA, José Medeiros – «As Ditaduras Ibéricas e a Fundação da Aliança Atlântica» in *O Estado Novo, das Origens ao Fim da Autarcia. vol. I*. Lisboa: Fragmentos, 1987.

GIL, Fernando – *Salazar: A Retórica da Invisibilidade*. Lisboa: Relógio d'Água, 1995.

GUERRA, Ruy Teixeira, FREIRE, António de Siqueira e MAGALHÃES, José Calvet de - *Os Movimentos de Cooperação e Integração Europeia no Pós-Guerra e a Participação de Portugal nesses Movimentos*. Oeiras: Instituto Nacional de Administração - Departamento de Integração Europeia, 1981.

JAOUL, Michel e SCHLOESING, Olivier - «L'Union Européenne de Paiements» in *Revue Economique*, n.º 2, 1954, p. 263-277.

LAINS, Pedro - «O Estado e a industrialização em Portugal, 1945-1990» in *Análise Social*, vol. XXIX, n.º 128, 1994, p. 923-958.

LEITE, João Costa - *Problemas monetários do após-guerra*. Lisboa: Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal, n.º 20, Ministério das Finanças, 1964.

LE MOS, António Tovar de - «Os objectivos do Plano Marshall» in *Indústria Portuguesa*, n.º 268, 1950, p. 315-319.

MATEUS, Abel Moreira - *Economia Portuguesa. Crescimento no contexto internacional (1910-1998)*. Lisboa: Editorial Verbo, 1998.

MATHIAS, Marcello - *Correspondência Marcello Mathias / Salazar 1947 / 1968*. Lisboa: Difusão Editorial Lda, 1984.

MATTA, José Caeiro da - *Ao Serviço de Portugal*. Lisboa: Imprensa Portugal-Brasil, 1951.

NOGUEIRA, Franco - *Salazar - Volume IV - O Ataque (1945-1958)*. 3.ª edição, Porto: Livraria Civilização Editora, 1986.

NUNES, Helena Costa (coord.) - *Adesão de Portugal às Comunidades Europeias. História e Documentos*. Lisboa: Assembleia da República, 2001.

OLIVEIRA, César - «Oliveira Salazar e a Política Externa Portuguesa: 1932/1968» in *Salazar e o Salazarismo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989, p. 77-99.

PEREIRA, Pedro Cantinho - «Le Portugal et l'Europe. L'ouverture à l'Europe atlantique et les limites de la coopération (1947 - 1953)» in *Bulletin de l'Institut Pierre Renouvin*, Université de Paris 1 - Panthéon-Sorbonne, n.º 13, Printemps, 2002, p. 153-165.

PEREIRA, Pedro Cantinho - *Le Portugal et l'Europe, 1947-1953*. Lille: ANRT Diffusion, 2004.

PEREIRA, P. Cantinho – *Portugal e o Início da Construção Europeia, 1947-1953*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros – Instituto Diplomático (Coleção Biblioteca Diplomática), 2006

PINHEIRO, Maximiano (coordenação) – *Séries Longas para a Economia Portuguesa, Pós II Guerra Mundial, Volume I – Séries Estatísticas*. Lisboa: Banco de Portugal – Departamento de Estudos Económicos, 1997.

RABY, Dawn Linda – *Resistência antifascista em Portugal, 1941-1974*. Lisboa: Salamandra, 1990.

REDONDO, Juan Carlos Jiménez – «Portugal, Espanha e a formação da NATO» in *Política Internacional*. vol. 3. n.º 19, 1999, p. 97-111.

ROLLO, Fernanda – *Portugal e o Plano Marshall*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

ROLLO, Fernanda – «Salazar e a construção europeia» in *Penélope*, vol. n.º 18, Lisboa, 1998, p. 51-76.

ROSAS, Fernando e BRITO, José M. Brandão de (organização) – *Salazar e o Salazarismo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989.

ROSAS, Fernando – *O Estado Novo (1926-1974)*. 7.º Vol., de *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, s. l., Círculo dos Leitores, 1994.

SOARES, Mário – *Portugal Amordaçado: depoimento sobre os anos do fascismo*. Lisboa: Arcádia, 1974.

KAPLAN, Jacob J. et SCHLEIMINGER, Günter – *The European Payments Union: financial diplomacy in the 1950's*. Oxford: Clarendon Press, 1989.

SALAZAR, António de Oliveira – *Discursos e Notas Políticas – IV – 1943 – 1950*. Coimbra: Coimbra Editora Limitada, 1951.

SALAZAR, António de Oliveira – *Discursos e Notas Políticas – V – 1951 – 1958*. Coimbra: Coimbra Editora Limitada, 1959.

SILVA, António Martins da – «Portugal e a unidade europeia no pós-guerra (1945-1948): reacções e tomadas de posição» in *Revista Portuguesa de História*, t. XXXII (1997-1998), p. 449-487.

TEIXEIRA, Nuno Severiano – «Da neutralidade ao alinhamento: Portugal na fundação do pacto do Atlântico» in *Análise Social*, vol. XXVIII, n.º 120, 1993, p. 55-80.

TEIXEIRA, Nuno Severiano - «Portugal e a NATO: 1949-1999» in *Nação e Defesa*, Instituto de Defesa Nacional, n.º 89, 1999, 2.ª série, p. 15-41.

TENGARRINHA, José - «A oposição democrática portuguesa e a Europa» in *O fim da Segunda Guerra Mundial e os novos rumos da Europa*. Lisboa: Edições Cosmos - Instituto de História Contemporânea, 1996, p. 231-237.

TELO, António José - *Portugal e a NATO, o reencontro da tradição atlântica*. Lisboa: Edições Cosmos, 1996.

TELO, António José - «Portugal e a NATO (1949-1976)» in *Nação e Defesa*, Instituto de Defesa Nacional, n.º 89, 1999, 2.ª série, p. 43-84.

TEW, Brian - *International Monetary Co-operation 1945-52*. London: Hutchinson's University Library, 1952.

VALÉRIO, Nuno - «Aspectos das finanças públicas portuguesas (1943-1983)» in *O Estado Novo, das Origens ao Fim da Autarcia (1926-1959)*. Vol. I, Lisboa, Fragmentos, 1987, p. 275-300.

VAN MANGOLDT, H. K. - «De l'union européenne de paiements à la convertibilité et à l'accord monétaire européen» in *Revue d'Economie Politique*, n.º 6, Numéro spécial, novembre-décembre, 1960.

VICENTE, António Pedro - «Portugal e a NATO face ao isolamento de Espanha» in *O fim da Segunda Guerra Mundial e os novos rumos da Europa*, Lisboa: Edições Cosmos - Instituto de História Contemporânea, 1996.

WALLICH, Henry - *O Sistema Financeiro Português*. Introdução de George F. Train, Lisboa: Banco de Portugal, 1952.

XAVIER, Alberto Pinheiro - *Portugal e a Integração Económica Europeia*. Coimbra: Livraria Almedina, 1970.